

No caminho das águas

JOYCE CUNHA
joycecunha@dgaabc.com.br

As cidades do Grande ABC têm 586 áreas de risco para inundações mapeadas pelo Instituto Geológico. De acordo com o levantamento de 2020, atualização mais recente, 23.302 imóveis estão em pontos onde há possibilidade de enchentes. Deste total, 5.427 edificações têm classificação de risco alto ou muito alto para ocorrências.

O município com maior número de imóveis nessas áreas é São Bernardo (9.019), seguido por Santo André (7.552) e São Caetano (4.299). Proporcionalmente, o território são-caetaneense possui o maior índice de edificações em risco para inundação dentro das áreas mapeadas, com 68,5% dos 6.275 imóveis identificados no estudo do Instituto Geológico.

Na Avenida Guido Aliberti, que margeia o Ribeirão dos Meninos, 482 edificações aparecem no mapa que alerta ao perigo, das quais 203 são classificadas com grau elevado de risco. A via foi o cenário de uma das dez mortes registradas no Grande ABC durante o temporal de 11 de março de 2019, uma das maiores tragédias climáticas na região e em todo o Estado.

Naquele ano, foram seis afogamentos fatais nas enchentes, três em São Caetano, dois em Santo André e um em São Bernardo. Quatro pessoas perderam a vida em um deslizamento de terra no bairro São Caetaninho, em Ribeirão Pires.

Nesta terceira reportagem que integra série especial do Diário sobre as tempestades de verão, serão apresentados fatores que contribuem para os alagamentos recorrentes na região e os esforços do Poder Público para reduzir o impacto das chuvas.

O processo histórico de ocupação dos territórios, o desrespeito às leis de proteção ambiental e a ausência de políticas eficazes estão entre os aspectos que podem explicar o porquê, ano após ano, as cenas de enchente se repetem.

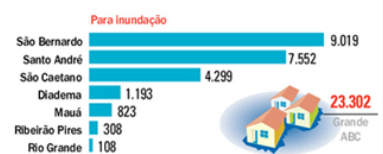
“São questões que têm início na urbanização que não respeitou a política que tínhamos no Brasil que era o Código Flo-

No caminho das águas



Grande ABC tem 23.032 imóveis em áreas de risco para inundações; condição social leva à ocupação onde existe perigo, dizem especialistas

IMÓVEIS EM ÁREAS DE RISCO



Fonte: Instituto Geológico de São Paulo | Agostinho, Editora de Arte

restal, da década de 1960. Nela já existiam série de leis que proibiam construções em topo de morro, encostas e fundos de vale”, pontua Marta Marccondes, bióloga especialista em recursos hídricos e professora da USCS (Universidade de São Caetano).

“Estruturalmente, isso não é novidade. Se construir no topo do morro e na encosta, esse morro vai ficar instável e vai deslizar. Se você construir no fundo de vale, que é margem de rio, ele vai encher no período de cheia e a água vai para seu lugar de origem. O rio tem sua dinâmica. Temos também situação do avanço de empreendimentos imobiliários que não respeitaram isso e a falsa ideia de que a gente pode fazer o que quiser com o ambiente que ele não dará retorno nenhum”, destaca.

Neste contexto de crescimento desordenado das cidades em espaços às margens de rios e córregos, desigualdades econômicas e sociais também são trazidas à tona. “Uma parte importante dessas ocupações são irregulares e o custo dessa terra é menor justamente por estar em fundo de vale. As pessoas que vão se localizar nessas áreas são as que menos têm condições de lidar com os riscos que estão colocados ali, por-



INUNDAÇÕES. Região tem 586 áreas de risco para alagamento; ocupação urbana irregular colocou 23 mil imóveis em zonas de perigo

que elas já são pobres, já são vulneráveis, e além de tudo ainda estão expostas aos riscos de inundação”, ressalta a arquiteta e professora de planejamento territorial da UFABC (Universidade Federal do ABC), Luciana Rodrigues Travassos.

A especialista afirma que, do ponto de vista dos aspectos naturais, a inundação é um processo natural e sempre vai acontecer nos rios, em suas beiras. “Para resolver a ocupação de áreas de risco, de todas,

não só inundação, a gente precisa de política séria de habitação, de controle do valor e acesso à terra com infraestrutura e segurança, e sabemos que esses acessos são muito desiguais no Brasil, de forma geral, e no Grande ABC de forma específica”, observa.

Para as docentes, as políticas e investimentos públicos voltados ao controle e redução de inundações na região são insuficientes (confira mais informações abaixo).

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO



Fonte: Instituto Geológico de São Paulo | Agostinho, Editora de Arte

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 4